

## **Interiorização e revolução: o acesso à educação pública superior na Zona da Mata Sul Pernambucana como meio de transformação dos estudantes**

Lwdmila Constant Pacheco<sup>1</sup>

### **Resumo**

O acesso à educação superior no Brasil sempre foi restrito a uma minoria privilegiada. A partir do ano de 2004, o governo federal e os estaduais intensificaram o processo de interiorização do ensino superior. Tal processo de planejamento e implementação contém falhas e atropelos, mas também conquistas e desenvolvimento nas cidades contempladas. Pretendemos, neste trabalho, demonstrar os desdobramentos de tal acesso na vida das comunidades atendidas por meio das narrativas de discentes do curso de Serviço Social, todas do sexo feminino, da cidade de Palmares, em Pernambuco. Utilizamos entrevistas semiestruturadas com seis sujeitos, nos valendo da perspectiva da etnobiografia. A escassez de estrutura física e humana precariza o ensino na região, mas há uma indiscutível transformação da população atendida por conta do impacto da universidade pública e do acesso à educação superior gratuita.

### **Palavras-chave**

Educação. Politização. Interiorização. Transformação.

---

<sup>1</sup> Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil; professora assistente da Universidade de Pernambuco, Brasil. E-mail: lwdmilaconstant@hotmail.com.

**Interiorization and revolution:** the access to higher public education in the Southern Zona da Mata from Pernambuco as a way to transform students

Lwdmila Constant Pacheco<sup>2</sup>

**Abstract**

Access to higher education in Brazil has always been restricted to a privileged minority. Since the year 2004, the federal and state governments intensified the process of interiorization of higher education. Such planning and implementation process contains failures and violations, but also achievements and development in the cities contemplated. We intend to understand the unfolding of such access in the life of the communities served through the narratives of students of the course of Social Service, (the students were all women), of the city of Palmares, State of Pernambuco, Brazil. We used semi-structured interviews with six subjects using the perspective of ethnobiography. The scarcity of physical and human structure precarizes the education in the region, but there is an indisputable transformation of the population served because of the impact of the public university and access to free higher education.

**Keywords**

Education. Politicization. Interiorization. Transformation.

---

<sup>2</sup> Master in Social Psychology, Federal University of Sergipe, Brazil; assistant professor at the University of Pernambuco, Brazil. E-mail: lwdmilaconstant@hotmail.com.

## Introdução

Educação é palavra polifônica que se refere tanto a procedimentos formais institucionais, à polidez social, ao acesso à informação acadêmica e à formação profissional. Etimologicamente, a palavra educação advém de duas palavras latinas: *educare*, que significa criar, nutrir, ensinar, demonstrando a ação docente sobre o discente e *educere*, que significa extrair, nascer, tirar que, por sua vez, faz referência à ação do discente sobre o docente ou o conteúdo. Essas duas palavras latinas nos remetem à relação entre educador e educando como condição necessária para a educação acontecer. Paulo Freire (1994), ao nos definir como seres incompletos, revela a necessidade que temos uns dos outros e da atualização do que somos no intuito de sermos mais. Tal atualização se concretiza no ato de aprender e ensinar que em dialética proporciona a humanização do ser humano.

Quando falamos em educação estamos incluindo toda a forma de aprendizado possível, mas, nesse caso específico, mais precisamente à educação formal. Segundo Dourado (2010), a educação é um direito social, mas sua efetivação se dá num contexto caracterizado como campo de disputas de concepções e projetos que acaba por engendrar disputas políticas. A participação democrática da população em todo o ciclo da política pública educacional, especialmente na agenda política, faz com que a democracia se estabeleça. Sem essa participação o processo se tornará apenas mecanismo de regulação dessa mesma população (GISI; ENS, 2015).

Desde o ano de 2004 tem havido uma intensificação na interiorização das universidades públicas no país pelo governo federal. O Programa Expandir, criado em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007 e a criação do programa Universidade Para Todos (PROUNI), criado no ano de 2004 pela lei nº 11.096/2005, são as referências desse investimento no aumento de *campi* e vagas nas universidades públicas (NASCIMENTO; HELAL, 2015). Tal processo se dá com o argumento plausível de universalização do acesso ao ensino superior e a melhores condições de vida para as populações interioranas, além de descentralizar a educação que sempre teve seu lócus nas capitais do Brasil. No caso das Universidades Estaduais, Andrade (2011)

destaca que tais universidades possuem tradição em interiorização e por isso abarcam uma parcela considerável da população rural do país em comparação às universidades federais.

Nesse caso, a interiorização tem possibilitado o acesso de uma parcela da população que nunca havia tido perspectiva de melhores condições de acesso tanto a bens materiais como imateriais. Na zona da mata sul de Pernambuco, são famílias de lavradores, empregadas domésticas, pequenos agricultores, cortadores de cana etc. que veem uma mudança qualitativa nos projetos de futuro de seus filhos, assim como na construção de uma visão crítica da sociedade em confronto recente com problemáticas referentes a classes sociais, raças e gênero.

Por outro lado, a escassez de professores da região, a falta de estrutura e a limitação no que concerne à pesquisa e extensão tornam a educação superior nos interiores mais precarizada. Isso prova que tal política de expansão e acesso tem sido feita mais com intuito politiquero e descompromissado, além de servir como reprodução da ordem social vigente e excludente. Nos dizeres de Maceno (2005), a educação faz parte do modo de produção e sua universalização realizada pelo capitalismo nunca se chocou com sua lógica reprodutiva, estando sempre nos limites tolerados pelo capital.

Considerando os aspectos conscientizadores e também os alienadores da educação formal, é que este trabalho pretende tratar da relevância da implantação de *campi* de universidades públicas nos interiores de Pernambuco na contribuição da superação da situação de submissão e falta de perspectivas de parte de seus moradores. Tal intuito tem se dado por meio de depoimentos feitos por alunas do curso de graduação de Serviço Social da Universidade de Pernambuco (UPE) registrados por escrito e em conversas pessoalmente, pesquisa essa devidamente autorizada pelo conselho de ética da universidade. Porém, não se furta de fazer a crítica necessária às limitações de tal acesso e ao processo educativo em si, já que trata de questões que potencializam tanto quanto abortam ao mesmo tempo, assim como fomenta a esperança e a frustração dessas discentes, sem contar que não podemos perder de vista que a educação, que poderia ser a impulsionadora da mudança, torna-se instrumento da sociedade capitalista, pois estabelece um consenso e uma apatia que favorece a perpetuação do sistema dominante.

Utilizaremos a proposta da etnobiografia, que compreende as pessoas como resultado

de uma bricolagem identitária fruto da formação sócio-histórica, pois parte do olhar sobre as metamorfoses culturais que ocorrem na vida delas como consequência das convergências e divergências dos trajetos da vida delas, tendo a cultura social como base (VIEIRA, 2013). Assim, a metodologia se vale de entrevistas, conversas e convivência com as pessoas que são o foco de nosso estudo, no intuito de aproximação, desenvolvimento da confiança e espontaneidade dos relatos, que possibilitarão a descrição mais fiel possível da realidade de cada uma e delas em conjunto.

### **Os limites materiais e ideológicos do interior**

As mudanças socioculturais da contemporaneidade afetam a população não só economicamente, mas na forma de pensar, sentir e agir que nos posiciona numa crise micro e macro social. Segundo Goergen (2005), a experiência de crise que os pós-modernistas tentam articular representa a perda da validade da rede de verdades básicas da modernidade. Porém, essas verdades tidas como superadas continuam até hoje como os pressupostos dos discursos e das práticas educativas. Essas transformações sociais que se concentram no processo de globalização, geram consequências para a educação com destaque para a mercantilização (MORROW; TORRES, 2004). O processo de mercantilização assumiu, nas duas últimas décadas, implicações nas políticas educacionais no Brasil, com a influência da Reforma do Estado pautada por preceitos convergentes e/ou divergentes que, no caso específico da educação superior, passa por diversas modificações, tais como mudanças no currículo, na avaliação, financiamento e expansão (ANDRADE, 2011).

A partir de 1990 houve uma intensificação no processo de expansão do ensino superior no Brasil, sendo que a ênfase se dá no setor privado em detrimento do público. Segundo dados do Censo de Educação Superior de 2008, o Brasil possui 90% de instituições privadas e 10% de públicas no que se refere à educação superior (BRASIL, 2009). Sendo que dos 10% de universidades públicas, 3,6% representa as universidades estaduais. Delas, 74,08% têm seus campi localizados no interior.

A população interiorana de países que foram colonizados, ou massas campesinas, não tem nada a perder e tudo a ganhar, segundo Frantz Fanon, no livro *Os condenados da Terra*

(2005). Nos países colonizados, como o Brasil, só o campesinato é revolucionário. Essa afirmação se justifica quando Fanon relata que os oprimidos das zonas urbanas – operários, professores, pequenos artesãos e comerciantes – se aproveitam da condição de estarem próximos aos dominantes e, ainda que tirem proveito em nível de migalhas, passam a ter interesses meramente particulares: melhora de sua condição e aumento de salários. Em relação aos intelectuais das capitais, mesmo tecendo críticas aos dominantes/colonos, eles nunca rompem definitivamente. “Discutem-se administração, representação eleitoral, liberdade de imprensa, liberdade de associação” (FANON, 2005, p. 77), mas não rompem essa negociação que nunca se concretiza como vantagem para os dominados, no máximo abrem-se concessões para lhes aplacar os ânimos. O intelectual colonizado investe sua agressividade na sua vontade de ser assimilado pelo sistema colonial, tornando-se uma classe de escravos libertados individualmente e sem poder de luta, segundo o autor.

Já o campo é descredenciado pelas capitais em relação a seu poder de luta e organização por, supostamente, estar à margem dos interesses e informações necessárias à revolução. Isto é, é considerado menos consciente e dá a impressão de passividade, por isso causa uma grande desconfiança aos partidos políticos e aos intelectuais. Segundo Fanon (2005, p. 131), essas são avaliações claramente pejorativas, mas que têm suas razões no fato de que o colonialismo reforçou ou baseou a sua dominação organizando a “petrificação dos campos”. Vemos tal petrificação no depoimento de M.<sup>3</sup>, aluna de Serviço Social da UPE em Palmares, oriunda da zona rural da cidade de Primavera, também em Pernambuco, quando relata a reação de sua avó e sua mãe sobre seu ingresso no ensino superior:

Minha avó sempre me incentivou a estudar, pois queria que eu tivesse uma realidade diferente da dela. Mas, ao mesmo tempo em que me motivava, me dizia frequentemente que a faculdade do pobre é a enxada e o facão. Realidade essa vivida por ela e por seus filhos, alguns agricultores e outros escravizados pela usina. Minha mãe é dona de casa e meu pai é agricultor. Nunca vislumbraram um horizonte diferente dos seus pais, onde não se tinha acesso ao ensino superior público e a única alternativa era o trabalho precoce. (M., 22 anos).

Vivendo sob a égide de pastores, padres e chefes tradicionais conhecidos por coronéis,

---

<sup>3</sup> Os nomes das depoentes serão grafados apenas com as iniciais para lhes garantir o anonimato.

as massas rurais tendem a viver num estágio feudal. O termo “coronelismo” deve-se aos coronéis da extinta Guarda Nacional criada em 1831 no Brasil. Com o tempo, o termo “coronel” foi sendo usado para todo chefe político e detentores de posses principalmente na região do sertão nordestino. É, pois, símbolo de poder concentrado num chefe político local (NASCIMENTO; ROCHA *apud* DIOGÉNES *et al.*, 2016). Tais chefes políticos substituíram o Estado na resolução de problemas nas cidades interioranas, pois eram a eles que se pediam vaga em hospital na capital, transporte, material de construção, emprego, remédio. Em troca, os coronéis recebiam prestígio, subserviência e votos caso se candidatassem. Essa situação, pois, provoca uma real passividade por necessidade das comunidades das zonas rurais.

N. P., estudante de Serviço Social da UPE em Palmares, oriunda da cidade de Cabo de Santo Agostinho-PE, fala que antes dela um primo havia passado numa universidade pública, mas desistiu por não ter condições de se deslocar até o local das aulas, visto que a prefeitura de sua cidade (Águas Belas) cortou o transporte gratuito dos estudantes. Além dele, mais duas primas já haviam cursado faculdade, no sistema particular, e quando N. P. foi aprovada no mesmo curso que uma delas, só que na universidade pública, sua tia a desestimulou a ingressar, alegando a distância da faculdade e o fato dela, ter que trabalhar para ajudar em casa por ser filha única de pai segurança e mãe empregada doméstica. Em relação aos seus pais, N. P. teve total apoio até o momento que contabilizaram os gastos com o transporte da cidade do Cabo para Palmares:

Meus pais ficaram felizes, mas ao mesmo tempo preocupados. E quando fui ver o valor da passagem aí foi mais preocupante ainda. Aqui em casa só meu pai que trabalha e recebe apenas um salário mínimo pra tudo. Mainha ainda faz algumas faxinas, mas não aguenta mais ser doméstica mesmo porque ela tem problemas nos ossos. É bronca vii. Painho disse: ‘não tenho condições, filha, ou eu pago as contas, ou eu dou a sua passagem’. Porque no orçamento estava 546 reais por mês. Agora que a passagem aumentou, são 30 reais ida e volta. Multiplica por mês pra tu vê. É dinheiro que só. Então eu fiz a minha matrícula, mas não tinha a certeza de ir realmente estudar em Palmares. (N. P., 19 anos).

Percebe-se, nesse último caso, que, muitas vezes, a inércia dos interioranos se deve às condições financeiras precarizadas. A falta de melhores condições empregatícias e salariais

somada à dificuldade de acesso à informação e educação de qualidade reforçam o comportamento subserviente dessas populações. Fanon (2015) diz que a história das revoluções burguesas e proletárias comprova que as massas camponesas constituem muitas vezes um freio para a revolução. Essas massas do campo apresentam traços de indisciplina, amor ao lucro, aptidão para as grandes cóleras e para profundos desânimos típicas de comportamentos objetivamente reacionários. A falta de perspectiva e de estímulo é o que reforça esse comportamento reacionário, pois imaginar-se fora do óbvio ou do possível não é um exercício cômodo. Ao contrário, gera ansiedade e frustração como podemos ver no relato da aluna L., oriunda da cidade de Moreno-PE:

Quando alguém me perguntava o que eu queria ser quando crescer, eu sempre achava essa pergunta a mais difícil a se responder porque nunca pensava sobre isso. Achava que tudo mundo estudava até o ensino médio e ia trabalhar, pronto. Eu não pensava em o que eu queria ser, nem sabia que precisávamos ser alguma coisa quando crescesse. (L., 22 anos).

Por conta desse abandono e falta de perspectiva em que vivem as comunidades rurais, as massas camponesas continuam a viver num quadro “imóvel e as bocas em excesso não têm outro recurso senão emigrar para as cidades”, inchando as favelas e periferias dos grandes centros (FANON, 2015, p. 134). Os que permanecem defendem com tenacidade as suas tradições, o que representa o elemento disciplinado cuja estrutura social continua sendo comunitária. É nesse ponto que Fanon defende que, apesar de reacionárias, as massas rurais são a única esperança para uma revolução legítima e eficaz. Em sua espontaneidade, as massas rurais se mantêm disciplinadas e altruístas. Ou seja, o indivíduo se apaga diante da comunidade, o que favorece a organização e o enfrentamento em nome de um bem comum. Nessa perspectiva, a oposição entre o campo e a cidade se intensifica e, ao invés da cidade investir na força da comunidade do campo no sentido de fortalecer a luta por direitos, ignora seus líderes e suas histórias.

Em contrapartida à modorra do interior há a esperança que muitos compreendem como ingenuidade. Essa esperança faz o interiorano sonhar e projetar novas possibilidades e, por isso, o investimento ideológico e educacional nessas cidades traria e traz uma mobilização política impraticável nas zonas urbanas.



## **A resistência do povo interiorano**

A discussão sobre a importância da educação investida nos recônditos mais remotos do Brasil, especialmente da região nordeste, não pode abrir mão das discussões sobre colonização e exploração do trabalho, interna e externa. Eduardo Galeano, no livro *Veias Abertas da América Latina* (2009), diz que há dois lados na divisão internacional do trabalho: um lado em que alguns países se especializam em ganhar e outro lado em que determinados países se especializam em perder. Essa é a lógica que se estabeleceu nos países da América Latina, destinados a perder desde o período renascentista, quando a colonização exploratória aportou da Europa e Estados Unidos em nossas terras. Apesar da distância secular entre o fatídico ano de 1500 no Brasil e os dias atuais, Galeano nos diz que a região continua existindo a serviço de necessidades alheias. Isto é, produzimos o que o exterior exige de nós, vendendo-nos a preços módicos porque o que prevalece não é a justiça das relações comerciais e sim o livre comércio. “A história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial” (GALEANO, 2009, p. 18).

Preocupados em sobreviver, a maior parte dos habitantes da América Latina não possui acesso a bens de consumo e informações necessárias para a superação de sua condição. A monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro foi o mote para a ampla escravização indígena e principalmente negra, o desgaste da terra e seu posterior abandono, o que acarretou um crise econômica considerada definitiva para Galeano (2009) e que dura até os dias atuais. Apesar da cana-de-açúcar ter arrasado a faixa litorânea e da zona da mata nordestina, ainda assim não destruiu completamente a força de resistência e luta de seu povo.

Como exemplo podemos mencionar o período da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1984, que foi financiado pelo imperialismo norte-americano, e onde se efetivaram as alianças entre grupos políticos e setores da sociedade civil no intuito preventivo das mudanças em andamento (leia-se: democráticas socialistas), apostando na modernização conservadora, levando ao rompimento da ordem institucional e à implementação de um regime militar autoritário (DELGADO, 2010). Nesse período, em Pernambuco, há uma atuação de comunistas e socialistas no meio rural, segundo Lira (2011), que, junto com a política católica promovem diversos setores de mobilização frente a situações do meio rural. Tal articulação

remonta à década de 1950, com as bandeiras da reforma agrária e enfrentamento aos grandes latifundiários. Com isso, o movimento de oposição se fortalece e ganha força com a ditadura militar anos mais tarde. Em Palmares-PE, nesse mesmo período, havia, segundo Dabat (2007 apud LIRA, 2011), 93,40% de concentração de terra nas mãos de poucos latifundiários e em paralelo a essa dominação territorial e política havia uma organização camponesa. Tanto que o PCB (Partido Comunista Brasileiro) deslocou um dos seus principais líderes para a zona da mata sul pernambucana: Gregório Bezerra. Ele circulou por engenhos e propriedades rurais falando aos camponeses sobre seus direitos e de sua força, o que culminou numa efervescência organizativa e reivindicatória, como a formação de sindicatos rurais que aglutinavam 21 municípios da região<sup>4</sup>, o que acabou chamando a atenção da metrópole e a ameaçando.

A localização da cidade de Palmares, na zona da mata sul pernambucana, era estratégica, pois, localizada às margens da BR 101 distava igualmente das capitais de Recife e Maceió, facilitando o deslocamento para os territórios alagoano e pernambucano. Atualmente, essa mesma localização atrai gente de todas as cidades da zona da mata sul, do agreste e até das cidades que margeiam a grande Recife. Prova disso é que a maioria dos estudantes da UPE em Palmares advém de outras cidades, provocando um fluxo diário de transportes intermunicipais e modificando o mercado imobiliário da cidade, que conta agora com aluguel de casas para estudantes.

A força da zona da mata não se inflou apenas ante o estímulo externo de organizadores políticos, pois, no dia 1º de abril de 1964, quando a ditadura militar foi oficializada e Gregório Bezerra se viu acuado em Palmares, sem armas e perspectivas, foram os camponeses que insistiram em lutar com suas enxadas e foices (BEZERRA, 1979). Um personagem muito lembrado e querido na história de Palmares é Luiz Portela Carvalho: nascido no município, foi comerciante até fazer carreira política como prefeito em duas ocasiões, dentre outros cargos. Figurava como parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por conta disso foi acusado de comunismo e teve seu mandato de suplente de deputado federal cassado pelo Ato Constitucional nº 1 no ano de 1964, após a deposição do presidente João Goulart. Por conta

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a formação de sindicatos na região, ler: LIMA, M. S. A e. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora da UFPE, 2005.

disso, foi preso e, no ano de 1982, ainda no período ditatorial, foi eleito prefeito de Palmares pela terceira vez.

Lira (2011) destaca também a figura do vice-prefeito de Palmares em 1964, Brivaldo Leão Almeida. Brivaldo era considerado uma figura importante na cidade. Professor de história e diretor do Ginásio Municipal dos Palmares, ele era reconhecido por ter sido militante comunista na década de 60, sendo sua casa ponto de apoio para Gregório Bezerra. Assim como Luiz Portela de Carvalho, Brivaldo Leão Almeida teve seu mandato cassado e precisou fugir da cidade para não ser preso. Como o vice, o próprio prefeito, Oscar Brando, também teve seu mandato cassado provavelmente por ter sido o candidato indicado por Luiz Portela.

Fica evidente, pois, que proporcionalmente às forças revolucionárias dos camponeses e determinados políticos de esquerda há uma força conservadora correspondente que atuava na região. Se assim não fosse, não haveria tantas denúncias e cassações de mandato à época. Atualmente, Palmares e as cidades circunvizinhas parecem afundar numa política de corrupção e inatividade que torna a vida da população dificultosa pela falta de empregos e bens de serviço.

Em dezembro do ano de 2016, o prefeito de Palmares, João Bezerra (PSB), foi afastado do cargo por improbidade administrativa. Tal ação foi executada pela Operação Ponto Final, desencadeada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e pela Polícia Civil. João Bezerra foi acusado de causar um prejuízo de 10 milhões de reais devido à dispensa de licitação em contratos com a empresa de limpeza urbana. O resultado dessa situação para a cidade foi não só a sujeira que se acumulou pelas ruas, causando um aspecto desagradável e com risco de doenças, como a falta de pagamentos de funcionários públicos. Sem pagamento, os trabalhadores, deixam de comprar e o comércio da cidade esvazia, gerando demissões em massa e desespero. Os anos de 2016 e 2017 na cidade foram de extrema contenção, desânimo e esvaziamento dos espaços públicos do município.

Para completar esse desfecho, em junho de 2017, a cidade enfrentou outra enchente do Rio Una. Em 2010 a região enfrentou uma das maiores cheias da sua história, que acarretou em destruição quase que total dos bairros centrais e ribeirinhos. No ano de 2017, a população ainda se reorganizava a passos lentos do que ocorrera em 2010 e foi acometida por outro

susto. Apesar da menor proporção, a cheia de 2017 destruiu parte da orla inaugurada poucos anos antes e inundou diversos bairros, levando pânico aos moradores e prejuízos a comerciantes.

À época da última enchente, a UPE ainda estava em aula e a maioria dos estudantes, da cidade ou advindos de outras enfrentou a situação com ansiedade e medo, como relata L. K.:

Eu ficava acompanhando as notícias pelas redes sociais e a cada minuto apareciam notícias de que o rio estava enchendo ainda mais, de que já havia cidades alagadas. Parte da BR sentido Recife – Palmares estava interditada por queda de barreiras ou por alagamento. Não dava para voltar para minha cidade. Minha mãe estava preocupada e o desespero foi maior quando faltou energia. Eu me imaginava agarrada a um pedaço de madeira tentando me salvar nas águas do rio Uma. (L. K., 22 anos).

Em reforço a situação da região da zona da mata pernambucana, ainda houve, no ano de 2016, uma das maiores crises políticas do país com o processo e conclusão do impedimento da presidenta Dilma, acusada de desrespeito às leis orçamentárias e à lei de improbidade administrativa, além de suspeita de corrupção. A conclusão do processo e consequente cassação de seu mandato geraram impactos profundos na economia do país aumentando a recessão, o desemprego, exacerbação da especulação contra a moeda e o patrimônio nacional, segundo o economista da Unicamp, Plínio Arruda Sampaio Júnior (apud BADOFSKY, 2015).

Nesse contexto, no ano de 2016, começou a haver manifestações por parte dos estudantes de todo o Brasil. Iniciadas em São Paulo por estudantes secundaristas contra a reestruturação da distribuição do sistema educacional do município, as ocupações paulistas influenciaram estudantes de todo o Brasil a lutar por suas demandas. Em 2016, os estudantes secundaristas de institutos federais e escolas públicas, juntamente com estudantes universitários, começaram a ocupar os espaços educacionais, suspendendo as aulas convencionais para chamar a atenção contra a reforma do ensino médio proposta pelo governo de Michel Temer<sup>5</sup> e contra a PEC 241 que congelou os gastos do governo federal por até 20

---

<sup>5</sup> A reforma do ensino médio propôs medidas que flexibilizam o conteúdo a ser ensinado para alunos

anos nas áreas de saúde e educação.

Em Pernambuco, observamos um evento curioso: as ocupações estudantis iniciaram nos institutos federais de educação, universidades federais e estaduais do interior em detrimento dessas mesmas instituições na capital. No caso da UPE, as ocupações começaram no *campus* do sertão do Estado, em Petrolina, seguidas pelo *campus* Palmares e demais *campi* do interior e só semanas mais tarde chegou à Recife e região metropolitana. Esse evento, que também foi percebido em estados como Alagoas e Paraíba, demonstra como as cidades interioranas intervêm de maneira decisiva no processo de maturação da consciência nacional e na retomada da ação política, visto que essas ações de ocupação retardaram e abalaram, mesmo que provisoriamente, a decisão sobre as medidas do governo federal. Para Fanon (2005), as ocupações dos espaços e territórios seriam as únicas formas de luta que teriam chances de sucesso contra a dominação sofrida pelos grupos minoritários.

Todas as alunas com quem conversei participaram direta ou indiretamente do movimento de ocupação da UPE e citaram a relevância desse momento para sua vida pessoal e profissional. N. F., 23 anos, fala da importância de ter participado da ocupação no seu último período da universidade, o quanto isso deu a ela novo ânimo e inspiração tanto para escrever seu trabalho de conclusão de curso quanto para enfrentar o vácuo do período como egressa e desempregada. B. M., de 19 anos, fala que a ocupação favoreceu um amadurecimento pessoal, apego ao grupo de estudantes e até um sentido mais efetivo para o curso que estava cursando. L. K., que assumiu a liderança da ocupação Mata Sul, relata as dificuldades e cansaços das semanas dedicadas à ocupação, e que mesmo que a reforma do ensino médio e a PEC 241 tenham sido aprovadas, ainda assim a luta dos estudantes provou a ela a força da organização e das cidades do interior.

### **A empatia e o senso de comunidade do interior**

A região nordeste do Brasil é marcada por um estigma de pobreza extrema e analfabetismo. Isso se deve a imensos períodos em que a população nordestina,

---

através da distribuição das disciplinas tradicionais ao longo dos três anos do ciclo, dando novo peso ao ensino técnico e incentivando a ampliação das escolas em tempo integral.

principalmente do agreste e sertão, foi excluída dos recursos mínimos para sua subsistência e sobrevivência. Josué de Castro, no livro *Geografia da Fome* (1984), classifica a região sertaneja do nordeste brasileiro como área de epidemias da fome e a região açucareira do Nordeste como área endêmica da fome. Essa realidade nordestina perdurou tempo suficiente para se fixar como marca da região. Porém, segundo Boaventura de Souza Santos (2013), a partir dos anos 2000, ascenderam em vários países da América Latina, incluindo o Brasil, governos progressistas graças a fortes mobilizações sociais de âmbito nacional e continental. Tais governos, junto à melhoria na negociação de matérias primas, produtos primários e agrícolas devido ao crescimento da China e à especulação financeira, provocaram um desenvolvimento econômico nesses países latinos e a possibilidade de realização de políticas sociais e redistribuição de rendimentos.

Afora o desfecho do governo do Partido dos Trabalhadores aqui no Brasil, com o impeachment da Dilma antes mencionado, a melhoria das condições de acesso por meio de políticas compensatórias como as cotas raciais nas universidades e intensificação da interiorização do ensino superior gratuito mudou a sociologia do país (SANTOS, 2013). Em Palmares, vimos a implantação do *Campus* Mata Sul da UPE, em 2013, e de uma unidade do Instituto Federal de Ensino em 2015. Por mais que haja falhas na implantação do *Campus* Mata Sul no que se refere à estrutura (passamos três anos “hospedados” dentro de uma escola de ensino médio do município; atualmente estamos em prédio alugado) e a escassez de professores (contamos com seis professores efetivos no quadro do curso de Serviço Social) e técnicos (só há 2 anos contamos com apoio técnico, e ele é constituído de profissionais contratados e não concursados, o que acarreta numa manobra politiqueria, fragilizando o campus), ainda assim, reconhecemos a importância daquele espaço para os estudantes.

Ninguém na minha família havia feito faculdade até então. Antes de mim alguns primos haviam feito apenas cursos técnicos, porém agora já tem dois primos que estão fazendo faculdade e na minha casa mesmo ninguém além de mim fez faculdade. Depois da faculdade mudei os meus planos pro futuro, mudei de perspectivas completamente, hoje penso em me aprofundar na área que me identifico dentro da profissão e continuar estudando o meu tema de pesquisa dentro dessa área. (N. F., 23 anos).

Minha tia fazia Serviço Social na UPE antes de mim. E minha mãe sempre me estimulou a fazer faculdade também, porque ela falava da dificuldade de trabalhar no comércio. Estar na faculdade me deu a oportunidade de amadurecer os meus conceitos e ter contato com discussões que eu ainda não conhecia, vale ressaltar o quanto aprendi muito com a pesquisa e extensão e também com aulas, simpósios, minicursos e com os movimentos do qual participei e participo. Sem dúvida, estão sendo experiências únicas e de forma alguma vou sair da mesma maneira que entrei. (B. M., 19 anos).

Apesar dos percalços enfrentados, pois o desenvolvimento ao qual Boaventura se refere não modificou significativamente a renda dos moradores dos interiores do Nordeste. O acesso aos parques bens educacionais e culturais parecem ser mais bem aproveitados nas cidades interioranas, como visto nos relatos acima. É como se houvesse uma maior valorização da educação pela consciência de que tal acesso é recente e pode ser retirado a qualquer momento. Situação similar nos relata M. E., 20 anos, nascida em Palmares, que também foi a primeira pessoa da família a ingressar no ensino superior:

Às vezes também é um fardo porque acabo sendo alvo de muitas expectativas, porque teoricamente fui a única a chegar numa posição de talvez ter um “futuro” melhor, já que a realidade que minha mãe vivenciou foi outra. Minha família vem de uma cultura da cana-de-açúcar, de ter morado em interior, mais especificamente nos engenhos e em casas dos donos dos engenhos... bem coisa de escravidão mesmo... minha mãe não chegou a terminar o ensino fundamental porque sempre trabalhou desde muito cedo no corte da cana-de-açúcar, um histórico da minha vó, bisavó etc. Pois é, então sou a primeira não só a fazer o ensino superior, mas também numa universidade pública, que sempre foi um lugar bastante elitizado, isso eu sempre tive em mente.

Outra coisa que fica evidente nos relatos das alunas e que foi citada por Fanon (20) é a capacidade comunitária das cidades periféricas e a solidariedade que, muitas vezes, coloca o interesse comum em detrimento dos interesses pessoais. N. P., ao fazer a matrícula na UPE e não saber se conseguiria cursar por falta de verba para se locomover para as aulas, recebeu uma boa notícia:

Foi quando recebi uma ligação da ex patroa de mainha, uma semana antes das aulas começarem dizendo que iria me ajudar todo mês com o valor da passagem. Eu estava realmente esperando algum “milagre” porque ninguém

aqui em casa tem condições de custear nada da faculdade pra mim. A ex patroa de mainha soube que eu tinha conseguido passar porque postei no Facebook. Foi quando ela ligou e perguntou se eu realmente iria, aí contei a situação e pronto, ela se propôs a ajudar.

L. K., por sua vez, conseguiu bolsa de permanência desde sua chegada a UPE o que, mesmo atrasando, conseguiu mantê-la até o presente momento. Ela relata a importância de ter ingressado na universidade e conseguido dar prosseguimento ao curso:

A universidade me mostrou uma visão diferente do mundo, me deu oportunidades únicas. Fez eu ser mais crítica com o mundo e comigo mesma. Sou outra pessoa, mas sem perde minha essência. Aproximou-me de mim mesma. E me fez sair de dentro de um bloquinho de “regras” que nos é imposto desde cedo. O nome Universidade já diz tudo né? É um universo e nele a gente se transforma. Minha vida mudou completamente Eu posso ver de forma nítida o quanto minha vida mudou, mudou pra melhor, claro! A universidade me proporcionou momentos importantes para essa transformação. Sou a primeira da minha família a fazer faculdade, mas não quero ser a última, vou incentivar as novas gerações a viver de perto toda essa experiência e realidade.

No momento em que o campo se conscientiza da sua situação de injustiça e precariedade e que lhes são proporcionadas alternativas a essa situação “a montanha se levanta, os campos estão descontentes” (FANON, 2005, p. 142). E mesmo que isso não leve a grandes revoluções, necessárias para mudanças permanentes na sociedade, ao menos proporciona micro revoluções refletidas em esperanças, investimento pessoal e organização das comunidades. Os depoimentos abaixo demonstram isso:

Para o futuro, espero adquirir ainda mais capital cultural e experiências singulares, eu ainda não faço grandes planos para depois, não sei exatamente o caminho onde trilharei, todavia onde quer que eu esteja pretendo dar um melhor de mim, plantar o que aprendi e colher novas vivências e experiências. (B. M., 19 anos).

Eu sempre vi a universidade como uma realidade distante pra mim por causa das minhas condições econômicas mesmo. Mas esse também foi um dos meus impulsos a insistir pra conseguir uma vaga. Uma das maiores dificuldades foi sair de uma realidade de escolas públicas, além do ensino em condições precárias, a minha base familiar não favorecia muito pra que eu acreditasse que eu tinha “potencial” pra ingressar na universidade. A



concepção de mundo que eu tenho hoje é uma expansão provocada pelo “novo universo” que a universidade proporciona. Eu sempre caracterizo ela como “um leque de possibilidades” que se abriu pra mim. Sobre o futuro, eu fico muito apreensiva se com as mudanças conjunturais atuais eu ainda possa ter um futuro né, mas se tudo seguir os “planos do destino”, eu espero seguir carreira acadêmica e fazer um mestrado e daí quem sabe um doutorado, mas isso é muito pra o futuro mesmo. Quero trabalhar no que eu estudei e conseguir um respaldo por todas dificuldades que enfrento até hoje por pertencer a um ceio familiar de classe baixa... Acho que todo mundo que veio de uma situação assim espera um respaldo social, no meu caso só quero me realizar profissionalmente e contribuir para que outras pessoas que não tem oportunidades cheguem pelo menos a realizar o mesmo sonho de ingressar no ensino superior. (M. E., 20 anos).

### **Considerações finais**

Estar inserido em uma cidade interiorana nos permite ver de perto a miséria que ainda assola nosso país. Relatos de alunas que cresceram em plena década de 1990 em casas de barro (taipa), com pais trabalhadores do corte da cana – pequenos agricultores que não tinham outra perspectiva além de lidar com seus chefes “falando de lado e olhando pra o chão”, como diria Chico Buarque – parece algo irreal por se ter a ilusão de que são situações superadas há muito tempo. Relatos que não couberam neste trabalho nos revelam o quanto pessoas passaram fome e voltaram a passar depois do aumento do gás de cozinha, dos produtos alimentícios e demais artigos básicos do ano de 2017 para cá.

É um exercício de descentração e empatia imaginar como uma família vive com um salário mínimo e nem por isso sua filha deixa de fazer faculdade. No ano de 2016, a UPE destinou apenas três bolsas de permanência ao *Campus* Mata Sul, tendo como justificativa a crise do governo do Estado e do governo federal. E nós professores, mestres e doutores com nossos salários confortáveis de servidores públicos, muitas vezes temos dificuldade de nos sensibilizar com a causa dos estudantes, cobrando-os a compra de livros, pagamento de páginas e mais páginas de xerox semanais, presenças em eventos, e que os que trabalham larguem seus empregos para dedicarem-se à universidade.

O mais difícil de tudo isso talvez seja reconhecer a afirmação de Fanon (2005) quando diz que a agitação política nas cidades será sempre impotente para modificar, subverter o

regime autoritário. O mesmo autor fala que só as massas rurais são coerentes e estarão dispostas a se sacrificarem. E mesmo que isso soe romântico ou fora de contexto, já que o autor fala de seu país (Martinica) e de um período específico da libertação nacional, não há como não identificar similaridades quando nos deparamos com o brilho nos olhos daqueles que têm atrás de si gerações e gerações de pessoas acudadas e presas no mesmo destino de opressão e subserviência.

Ouvir as vozes do campo e construir, juntos, oportunidades nos proporciona também consciência e a fé de que há outras vias para a revolução além daquelas definidas nas cidades, por determinados grupos que se elegem líderes. Estar no espaço de transição entre a permanência e a mudança das perspectivas do povo do campo possibilita falas como: “Eu consegui me reconhecer enquanto pessoa de direito e lutar contra as autoridades impostas para os alunos de uma forma tão violenta” (L. K.); ou “Minha vida mudou bastante depois que entrei na academia. Minha forma de pensar e agir diante de problemas sociais, diante de assuntos polêmicos como aborto, comunidade LGBT, em relação à política. A universidade me deu a oportunidade de conhecer novas pessoas, novos saberes. E a sabedoria é uma coisa que ninguém tira da gente” (N. P.). Tais depoimentos não excluem as queixas de autoritarismo por parte de professores e dirigentes da universidade, que acarreta desmotivação e até prejuízo na saúde mental das alunas. Mas, para além das demandas pessoais, todas reconhecem a importância de estar num espaço que sempre foi privilégio e exclusivo de uma dada classe social, de um dado território, o das capitais.

Dessa forma, mesmo que pareça estar distante uma organização política coesa e necessária para uma revolução de grande impacto nacional, as micro revoluções já têm acontecido graças ao reconhecimento da necessidade histórica da politização das massas. Isso porque a fome do povo do campo vai além da necessidade de comida, a sua fome é de humanidade, e humanização se constrói com autonomia, ação, consciência adquirida em parte pelo senso de coletividade.

## **Referências**

ANDRADE, M. E. Universidades estaduais no contexto de expansão do ensino superior. *In*: SIMPÓSIO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo.

**Anais** [...]. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em:  
<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0357.pdf>.

BADOFISKY, T. Consequências do Impeachment é o aumento da incerteza econômica, diz analista. **Jornal do Brasil**. Caderno País. 6 de dezembro de 2015. Disponível em:  
<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/12/06/consequencia-do-impeachment-e-o-aumento-da-incerteza-economica-diz-analista/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BEZERRA, G. **Memória**, segunda parte: 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**: 2008. Brasília: INEP, 2009.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: O dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DABAT, C. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora da UFPE, 2007.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**, Brasília, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010. Doi: 10.1590/S0101-73302010000300003.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2005.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GALEANO, E. **Veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GISI, M. L.; ENS, R. T. Política de acesso à educação superior: por que avaliar? **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 15, n. 44, p.173-193, jan./abr. 2015. Doi: 10.7213/dialogo.educ.15.044.DS08.

GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GRAMSCI, A. Dos cadernos miscelâneos: passado e presente. *In*: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIRA, J. C. B. Comunistas em Pernambuco: Palmares e o Golpe Civil Militar de 1964. *In*: COLÓQUIO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, HISTORIOGRAFIA,

PESQUISA E PATRIMÔNIO, 5., 2011, Recife. **Anais [...]**. Recife: UNICAP, 2011. p. 1.015-1.028.

MACENO, T. E. **(Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital**. 2005. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORROW, R. A; TORRES, C. A. Estado, globalização e políticas educacionais. *In*: BURBULES, N; TORRES, C. A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NASCIMENTO, E. F.; ROCHA, I. L. Políticas públicas no interior do Brasil: do coronelismo ao clientelismo. *In*: DIÓGENES, E. M. N.; GOMES, M. G. C.; SILVA, W. C. M. (org.). **Políticas públicas de educação: olhares transversais**. Curitiba: CRV, 2016.

NASCIMENTO, F. S.; HELAL, D. H. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. **G.U.A.L.**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 45-67, jan. 2015. Doi: 10.5007/1983-4535.2015v8n1p45.

SANTOS, B. S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. O. S. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras, 2008.

VIEIRA, R. Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da antropologia da educação para a formação de professores para a diversidade cultural. **Pro-posições**, Unicamp, v. 24, n. 2, p. 109-123, maio/ago 2013. Doi: 10.1590/S0103-73072013000200009.

Submetido em 13 de janeiro de 2020.

Aprovado em 21 de fevereiro de 2020.